

Tensões e desafios: lgfts e o poder público?

Tensions and challenges: LGBT people and the government?

Paulo Reis dos Santos
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Abandono, medo, agressividade, ameaça, antipatia, chantagem, ciúmes, cólera, companheirismo, comprometimento, covardia, segredo, desconfiança, desemprego, discriminação, doença, evasão escolar, espancamentos, falta de moradia, fobias, furor, herança, intimidação, ira, miséria, moralismo, ódio, ojeriza, pânico, raiva, receio, reconhecimento, rejeição, religiosidade, repugnância, simpatia, temor. Esses são alguns dos sentimentos e ações que pontuam a existência cotidiana de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Eles são o resultado da prática discursiva do dispositivo do poder que coloca e legitima a heterossexualidade como a única possibilidade afetivo-sexual para os humanos. Ofertando assistência social, assessoria jurídica e apoio psicológico aos lgfts, o Centro de Referência de assistência Social para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas, interior do Estado de São Paulo, é um serviço paradigmático desta nova modalidade de gerenciamento das relações sociais focadas na luta contra homofobia e na construção de uma sociedade capaz de acolher suas diferenças e disseminar uma cultura da paz. Assim, neste texto busco, a partir da capilaridade do poder e suas micro-relações, focando na experiência cotidiana de mais de 6 anos de existência do CREAS - LGBT, problematizar as (im)possibilidades de reversão do quadro de desamparo e exclusão social a que estão relegados os lgfts campineiros.

Palavras-chave: Políticas Públicas, homossexualidade, exclusão.

Tensões e desafios: lgbs e o poder público?

(...) É que nem o controle, nem a destruição do aparelho de Estado, como muitas vezes se pensa, é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade. (MACHADO, 1981, p.190).

O movimento homossexual brasileiro tem seu marco inaugural na fundação do Grupo Somos de Afirmação Homossexual, no final da década de 70. Seus fundadores pretendiam tornar a homossexualidade visível à sociedade brasileira, tida como conservadora e preconceituosa. Formado por estudantes, artistas e intelectuais, tinha o objetivo de trazer ao Brasil do final do Regime Militar, as discussões que já há algum tempo existiam nos EUA e na Europa sobre sexualidade.

Num primeiro momento a pauta dos ativistas era afirmar o desejo, o erotismo, a intimidade, o corpo, como política, no sentido de subverter valores e comportamentos sociais historicamente arraigados. Vale lembrar que as décadas de 70 e 80 foram um período de enorme efervescência da cultura gay. Havia uma glorificação da marginalidade através do desbunde, liberdade sexual e uso das drogas. Os tropicalistas, Dzi Croquetes, Secos e Molhados e Frenéticas juntamente com a chamada era Disco contribuíram- e muito - na divulgação e consolidação da cultura gay.

No final da ditadura militar, eclode um sentimento de otimismo cultural e social. Mulheres, negros, movimento operário e popular articulam-se em torno de reivindicações por Direitos Humanos e Cidadania. O movimento homossexual brasileiro busca, neste processo, desconstruir a visão social sobre a homossexualidade baseada na vergonha, silêncio, repressão, censura, discriminação e preconceito.

O sonho de uma sociedade democrática, igualitária e justa trouxe o sentimento de esperança de que a homossexualidade viesse um dia a ser encarada com o mesmo status, legitimidade e garantia de direitos que a heterossexualidade. Segundo Ferrari (2004: 105):

Havia a consciência de que a luta era árdua e que passava pela desconstrução dos parâmetros da homossexualidade, com seus conseqüentes tabus, e pela construção de identidades mais positivas, embasadas na valorização da auto-estima, da auto-imagem e do autoconceito de seus integrantes.

Com a emergência da AIDS os grupos de liberação gay passaram a se organizar em novos formatos institucionais, no modelo das Organizações Não Governamentais, ONGs. A partir de então, o movimento homossexual brasileiro estabeleceu parcerias e alianças governamentais e internacionais, dando ênfase crescente às reivindicações por direitos civis, principalmente no que diz respeito à luta contra a violação dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

No caso específico da epidemia de AIDS, as ONGs desempenharam papel importante para o desenvolvimento de políticas de saúde no campo da prevenção e assistência. Assim, a presença acentuada da sociedade civil no contexto das respostas

efetivas à epidemia contribuiu decisivamente para a construção de políticas públicas específicas.

Em relação à autonomia diante do Estado, a trajetória das ONGs/AIDS é marcada por dois momentos distintos. Nos anos 80, atuando em franca oposição ao governo, enquanto que nos 90, predominaram relações de cooperação com o Poder Público, inclusive com um trânsito intenso de militantes de ONGs assumindo cargos na gestão de programas governamentais.

Entretanto o surgimento da AIDS despertou medo e intensificou preconceitos pré-existentes no mundo e principalmente na sociedade brasileira, atingindo inicialmente os homossexuais masculinos que logo foram taxados de promíscuos. Neste contexto de discriminação o movimento lgbt incorporou os conceitos de Direitos Humanos, que nada mais são do que direitos fundamentais do homem.

Movimento Homossexual em Campinas

O século XIX não foi capaz de realizar seu objetivo. Mesmo porque a repressão causa uma reação que, como a primeira, também está ligada ao poder e ao prazer, visto que ela cria a norma e, por conseqüência, a possibilidade de transgressão. (FERRARI, 2004 p. 113).

No auge da epidemia de AIDS é que o movimento pelos Direitos Humanos e civis de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais surge na cidade de Campinas. Em 1997, em torno das discussões sobre HIV, surge o Grupo Expressão, que acaba ganhando visibilidade ao editar o jornal “O Babado” - distribuído gratuitamente em bares, boates e saunas - e ao defender a permanência das travestis que se prostituíam no Largo do Pará, na região central da cidade.

Um grupo de militantes dissidentes do Expressão se organizou e, em maio de 1998, fundou o IDENTIDADE - Grupo de Ação Pela Cidadania Homossexual, dando voz e visibilidade às demandas por Direitos Humanos dessa população. Desde seu início, o grupo integrou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Campinas, e como fruto desta intervenção, em 21 de julho foi promulgada a Lei 9.809, a primeira Lei Municipal Anti-Discriminatória do Estado de São Paulo. Em novembro do mesmo ano, a ação pública movida contra o padre Marcelo Rossi, por conta de suas declarações de cunho ¹homofóbico ao programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, ganhou as páginas dos jornais de circulação nacional e obrigou o religioso a se desmentir numa noite de domingo.

Em 1999, durante os dias 5 e 6 de maio, o grupo organizou o Primeiro Encontro Paulista de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, reunindo cerca de 80 ativistas por Direitos Humanos da causa homossexual do Estado, no qual surgiu a

¹ Homofobia significa ódio, aversão e intolerância contra homossexuais e, conseqüentemente, inclui formas sutis, silenciosas e insidiosas de preconceito e discriminação.

proposta de criação do Fórum Estadual GLTTB. Em junho do mesmo ano o IDENTIDADE promoveu um debate na Câmara Municipal, contribuindo assim, para aprovação da Lei 10.182 que colocou o dia 28 de junho como o Dia Municipal do Orgulho Homossexual no calendário oficial da cidade de Campinas.

Em 2000 o Programa Estadual de DST e AIDS organizou, junto com as ONGs do Estado, o Fórum Estadual de HSH (Homens que fazem Sexo com Homens), que tinha por objetivo discutir as políticas públicas de prevenção as DSTs e AIDS junto a este público. O IDENTIDADE se agregou a esse Fórum desde sua articulação.

Em maio de 2000 surge na cidade o MO.LE.CA - Movimento Lésbico de Campinas, trazendo a público à problemática das mulheres homossexuais.

Em janeiro de 2001 o PT - Partido dos Trabalhadores tomou posse na Prefeitura Municipal de Campinas e implantou o projeto de OP - Orçamento Participativo, espaço que buscou organizar a população em torno de propostas específicas para cada segmento social. Como os e as homossexuais não foram chamadas a participar das assembléias, um pequeno grupo de militantes esteve presente em suas primeiras reuniões e pressionaram os organizadores, acabando por ser contemplado dentro da temática da cidadania. Neste ano apresentamos dois projetos: criação do Disque-Defesa-Homossexual (serviço telefônico gratuito com atendimento 24 horas, de acolhimento e encaminhamento de denúncias de discriminação e atos de violência sofridos) e outro de Capacitação da Guarda Municipal para lidar com esta temática.

Em 2002 durante as assembléias do Orçamento Participativo, apresentamos mais oito projetos, dentre os quais o de implantação de um Centro de Referência GLTTB. Em 10 de dezembro foi inaugurado o Disque-Defesa-Homossexual. E a partir de então, os grupos organizados da cidade se articularam e formaram GTs (Grupos de Trabalho), atitude que garantiu, em 2003, a implantação, pelas Secretarias de Governo, dos projetos aprovados nas assembléias do ano anterior.

A Idéia de Cidadania

(...) se o poder se exerce, o que é este exercício, em que consiste, qual é sua mecânica ? (FOUCAULT, 1996:175).

Partindo do pressuposto de que a intervenção do Poder Público no processo de desenvolvimento social deve estar orientada para a ampliação das capacidades humanas básicas e a promoção de formas genuínas de liberdade, cidadania e justiça para todos os cidadãos, e tomando por base a Constituição Federal de 1988, que apontou para um investimento político para a mudança da cultura brasileira, os movimentos sociais têm aproveitado as brechas institucionais para colocar suas demandas e reivindicar políticas públicas específicas.

Desta maneira, atendendo a reivindicação por políticas públicas inclusivas, para o enfrentamento do desrespeito, discriminação, preconceito, humilhações e

desqualificação sofridas por esta população, em 31 de julho de 2003, a Prefeitura Municipal de Campinas inaugurou o Centro de Referência GLTTB.

Ofertando assistência social, assessoria jurídica e orientação psicológica, este foi o primeiro serviço público voltado às questões de direito e cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do Brasil. Dentre o leque de possibilidades que se abriu, uma das funções deste Centro é o de acolher esse segmento social, atender às suas demandas e fomentar políticas públicas específicas, concentrando seu esforço na equidade de direitos e pautar a discussão do respeito à diversidade sexual humana dentro de todas as secretarias, projetos e programas de governo, assim como de outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Poderíamos supor, a partir da implantação deste serviço, que algumas políticas públicas específicas poderiam fácil e tranqüilamente serem desencadeadas, pois este serviço é consequência de uma luta por reconhecimento das mazelas sociais vividas pela população ²lgbt da cidade. Teoricamente este seria o primeiro passo no sentido de um investimento político para reverter à exclusão total de uma parcela da população historicamente invisibilizada.

Gostaria de deixar claro que o Centro de Referência GLTTB da Prefeitura Municipal de Campinas representa um grande avanço para o movimento lgbt brasileiro, pois ele é a materialização de uma luta por um espaço de atenção ao cidadão cujos direitos civis foram violados e um espaço articulador de políticas públicas específicas. No entanto ao que se refere o movimento por transformar Direitos Sociais em Políticas Públicas, este serviço ganha uma especial urgência para que seu papel se efetive diante de uma longa história de desigualdades e exclusões.

O Poder Público Municipal

(...) contudo, alguma coisa de essencial se passa, alguma coisa que é da maior seriedade: a perseguição a todas as formas de fascismo, desde aquelas, colossais, que nos rodeiam e nos esmagam até aquelas formas pequenas que fazem a amena tirania de nossas vidas cotidianas. (FOUCAULT. 2004).

Em matéria do entendimento das dinâmicas sociais vivenciadas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, assim como de outras minorias, o aparelho estatal brasileiro apresenta um vácuo imenso de referências explícitas de possibilidades para a reversão das estruturais sociais de exclusão. Em outras palavras, o modelo de administração pública que estrutura os serviços ofertados aos cidadãos, implicitamente vai discriminando: ou porque simplesmente omite a existência de sujeitos com diversas

² Durante a realização da I Conferência Nacional GLBT, entre 6 a 8 de junho de 2008, a plenária decidiu unificar a sigla que caracteriza o movimento, oficializando assim a sigla LGBT, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

orientações sexuais ou identidades de gênero, ou porque opõe hierarquicamente homossexuais à heterossexuais.

Nas assembleias do Orçamento Participativo foram aprovadas propostas e encaminhamentos que constaram em suas atas. Os projetos aprovados possuíam uma dotação orçamentária e prazos para sua execução. Entretanto, cedo os militantes do movimento lgbt da cidade perceberam que o simples fato de um projeto ser aprovado em uma assembleia do Orçamento Participativo não significava que o mesmo seria implementado. Sendo assim, organizaram-se em GTs formados por militantes dos grupos organizados que atuavam na cidade naquele momento para pressionar o Poder Público pela realização efetiva de seus anseios.

O Disque-Defesa-Homossexual – DDH foi aprovado nas assembleias de 2001 com indicação para ser executado em 2002, fato este que só veio a acontecer no final do ano, em 10 de dezembro, emblematicamente o dia Internacional dos Direitos Humanos, mesmo assim com uma estrutura aquém daquela constante no projeto apresentado nas assembleias e além do que foi instalado, por questões estruturais, na Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança.

Tal ambigüidade entre o projeto aprovado e publicado no Diário Oficial do Município e sua efetividade tem sido a forma de atuação característica de um Estado centralizador, que faz uso de um discurso democrático para encobrir uma postura fascista, corporativista e conservadora, de não entendimento e de não incorporação em suas práticas de novos olhares e compreensão das reais necessidades da população. No fundo privilegiam as questões burocráticas e mercadológicas em detrimento das questões sociais que afetam a vida dos cidadãos.

Já o Centro de Referência GLTTB foi aprovado nas assembleias de 2002 para ser implementado em 2003 na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania. O movimento LGBT havia indicado este Centro para ser executado por esta Secretaria por acreditar que os problemas que afetam esta população merecessem uma atenção maior nas questões referentes à reparação dos Direitos violados.

Segundo o disposto no portal da Prefeitura Municipal de Campinas em 14/08/2009, à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania compete:

realizar a defesa da Municipalidade em juízo, de promover assessoramento e consultoria aos órgãos da Administração Direta, emitindo pareceres e exames de legalidade para interpretação de normas jurídicas. Cabe, além disto, elaborar projetos de lei, mensagens, decretos e razões de veto. É função da Secretaria de Assuntos Jurídicos, também, dirigir comissões de investigação e de sindicância, realizar estudos jurídicos institucionais, administrar, manter e atualizar a documentação legal da Administração Municipal.

Com a inauguração do Centro de Referência GLTTB, em 31 de agosto de 2003, o DDH, antes sediado na Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança, foi incorporado ao novo serviço. No projeto original o Disque-Defesa-Homossexual teria uma coordenação e atendentes devidamente capacitados para atender especificamente a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais com direitos violados 24 horas por dia. Ao ser transferido para o CRGLTTB, o atendimento ficou restrito ao período de funcionamento do mesmo, ou seja durante o horário comercial. Após diversas conversas, reuniões, ofícios e negociação com o movimento LGBT, decidiu-se pela instalação de uma secretária eletrônica, que seria ligada no período noturno e finais de

semana, onde os denunciadores deixariam seus recados, queixas e fones para contato posterior dos técnicos.

Em novembro de 2003, os moradores do Bosque dos Jequitibás, tradicional bairro da cidade, se manifestaram contra a prostituição das travestis no entorno do Bosque dos Jequitibás. Como coordenador do Centro de Referência GLTTB, passei a atuar como intercessor, cuja função, segundo Deleuze (1992, p.158) é, *ser claro e impor os "dados" não só de uma situação, mas de um problema. Tornar visíveis coisas que não o seriam em outras condições*".

Busquei realizar meu trabalho pautado na transversalidade entre moradores e travestis, quanto à interlocução com outros atores do Poder Público tais como a Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança e a Secretaria Municipal de Assistência Social que foi nula, não por falta de tentativas de diálogo.

Sobre o mesmo assunto, no dia 11 de dezembro de 2003, durante a abertura da audiência pública sobre o caso das travestis e moradores do bairro Bosque dos Jequitibás, realizada na Câmara Municipal de Campinas, a vereadora Terezinha iniciou o debate dizendo:

(...) a Câmara sempre esteve aberta para todos os tipos de discussões que se quis travar na cidade de Campinas, todos os conflitos sociais, ideológicos que ocorreram nesta cidade e que a Câmara foi acionada, ela se manifestou e abriu suas portas para a população. Esta reunião de hoje não é uma reunião que tem por finalidade tratar ou favorecer um grupo ou outro. (SANTOS, 2008 p. 08).

É importante frisar que neste debate cuja finalidade, segundo a presidente, não era favorecer um grupo ou outro, nenhum(a) representante das travestis ou de algum grupo do movimento social de luta pelos direitos humanos de gays, lésbicas, travestis, transexuais ou bissexuais da cidade foi convidado(a) a compor a mesa. Esta é uma atitude típica do processo de estigmatização: retirar a voz dos oponentes. Neste *debate público* todos falaram sobre as travestis: advogados, representantes das polícias civil e militar assim como diversos políticos.

Desta forma, fica evidente a relação de desigualdade estabelecida pelas "autoridades" reunidas para discutirem e debaterem o comportamento "anormal" e desviante, portanto de menor valor social, de um grupo que naquele momento dividia o espaço urbano com outro, possuidor de maior valor/poder (financeiro, político, etc.).

E assim, proponho uma reflexão sobre as micro-políticas e micro-instâncias de poder, pensando nas ações e práticas cotidianas que, no dizer de Foucault, não são neutras, pois refletem os vários movimentos e interesses de busca pelo poder. Por isso questionar as verdades criadas pelos homens e difundidas na sociedade é de extrema relevância:

O discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 10)

Em sua réplica, a “nobre” vereadora apela para o artigo quinto da Constituição da República Federativa do Brasil de ³1988, aquele que diz que todos são iguais perante a Lei. Apesar de propagar o status de igualdade de todos os cidadãos, na prática, esta audiência apontou que apenas os moradores e seus representantes (políticos e órgãos de segurança) são iguais e que as travestis estão excluídas desta igualdade cidadã.

Em 27 de abril de 2004, durante reunião do Conselho Comunitário de Segurança do bairro, com cerca de 150 moradores e algumas autoridades policiais, a pauta foi atualizar e debater com os moradores as negociações mantidas pelo CRGLTTB com as travestis.

Reassumo neste momento o papel de intercessor e informo à platéia sobre o estágio das conversações. O burburinho aumenta. Elevo meu tom de voz, falo do compromisso das profissionais do sexo a chegarem ao local de trabalho após as 19 horas, o deslocamento das mesmas das ruas centrais do bairro e sua concentração na Avenida Aquidabã, onde não há prédios residenciais. Por fim, proponho uma reunião geral entre eles, moradores e as travestis para resolverem os seus impasses, tendo em vista uma convivência pacífica.

Diante de inúmeros dedos apontados para mim, a vereadora Terezinha, a mesma da audiência pública relatada anteriormente, vocifera:

- Com marginal não se conversa!

Como parlamentar, a “nobre” vereadora deveria estar ali para dialogar no sentido de encontrar um termo conciliatório para a situação. No entanto sua atitude foi o contrário do que se esperaria de uma representante do povo, ela incendiou ainda mais os ânimos contra as travestis.

Vemos assim que a implantação de um serviço público com a finalidade política de procurar efetivar os Direitos Humanos e civis da população lgbt, trouxe à tona questões que até então se encontravam ignoradas da esfera política do Estado: as relacionadas a sexualidade e gênero.

Apesar dos limites de entendimento da vivência social e das demandas desta população, os técnicos do Centro de Referência GLTTB enfrentam cotidianamente inúmeras dificuldades para promover de fato a Política Pública de equiparação de direitos dos lgbs e de combate à violência e à discriminação homofóbica. Os políticos de plantão têm a idéia de que a máquina estatal é algo privado, privilegiando os acordos político-partidários e apadrinhamentos em detrimento de investimentos técnicos, políticos e orçamentários para a reversão do quadro de desamparo social vivenciado pela população de uma maneira geral.

Diante desta perspectiva, cabe ao Movimento LGBT apontar essas contradições e cobrar do Poder Público a criação e, mais que isso, a efetivação de políticas afirmativas, de fato, dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

³ CAPITULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS: Art: 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito á vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)

LGBTs e o Estado Brasileiro

As relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. Ora, isso não significa que o poder político esteja em toda parte, mas que, nas relações humanas, há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio da família, em uma relação pedagógica, no corpo político. Essa análise das relações de poder constitui um campo extremamente complexo: ela às vezes encontra o que se pode chamar de fatos, ou estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. (FOUCAULT, 1994, p. 266).

Um exemplo da dimensão da articulação e alcance da luta do movimento social organizado para superar a violência estrutural do Estado Brasileiro, encontra-se na formulação do Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o qual tem a função primordial de fomentar ações, projetos e programas nos diversos Ministérios e Secretarias de Governo para a erradicação da Homofobia.

Segundo o portal do Governo Federal, o Programa Brasil sem Homofobia é:

é constituído de diferentes ações voltadas para:

- a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou no combate à homofobia;
- b) capacitação em Direitos Humanos para profissionais e representantes do movimento LGBT que atuam na defesa de direitos humanos;
- c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima LGBT; incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos da população LGTB.

Em 2005, o PDT assume a Prefeitura Municipal de Campinas levando trocando as questões relativas à cidadania de lugar dentro de seu organograma. Assim o Centro de Referência GLTTB é transferido da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania (na gestão anterior) para a Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (da atual gestão). Assim, este serviço encontra um lugar na estrutura do governo municipal, ganhando respaldo político para suas ações.

Em comemoração aos três anos de atividades do Centro de Referência GLTTB, articulamos junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia em Campinas que ocorreu em 31/07/2006. Foi um evento com pouca repercussão na mídia, dentro do governo municipal e também na

militância lgbt local, apesar da presença de um representante do Governo Federal. Mas, a partir deste momento iniciamos uma parceria que se efetivou, em 2007 quando o CRGLTTB obteve financiamento para algumas ações: compra de equipamentos eletroeletrônicos, impressos (cartaz, cartilhas, folderes, etc.) e outros.

Na estrutura da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social há um departamento responsável pelas compras e licitações, e outro para supervisionar administrativamente o andamento dos diversos convênios firmados tanto com iniciativa privada quanto com órgãos do Governo Federal e outros.

A máquina burocrática do estado brasileiro dificulta enormemente a efetivação de qualquer ação que tenha como foco os aspectos sociais da vida dos cidadãos. Sendo assim, com os recursos financeiros da SEDH melhoramos a estrutura do CRGLTTB, produzimos alguns materiais gráficos. Deixamos de produzir uma quantidade significativa de cartilhas, relatórios e informativos, pois suas artes foram enviadas para análise do comitê técnico de comunicação da SEDH, que não os apreciou a tempo e o prazo de vigência do projeto se encerrou e tivemos que devolver mais de 50% dos recursos recebidos.

Apesar de todos os caminhos burocráticos, da falta de vontade técnica e política ou de compreensão do alcance e necessidade das ações desenvolvidas pelo CRGLTTB, no que dependeu da SMCTAIS, as ações e atividades propostas neste projeto foram realizadas, agora quanto ao que era de responsabilidade da SEDH, que gerencia o Programa Brasil sem Homofobia, ficou muito a desejar em empenho e agilidade.

Diante do exposto, podemos dizer que o Governo Federal:

Apoiou parcialmente nosso projeto de fortalecimento institucional – dos R\$ 70.000,00 enviados, devolvemos mais de 70%, pois a parcela maior dos recursos seriam gastos com material gráfico;

A demora pela aprovação de nossas artes impediu a disseminação de informações sobre direitos, promoção da auto-estima e incentivo à denúncia de violações dos Direitos Humanos da população LGBT.

Vemos assim que o poder se exerce numa complexa rede de micro-poderes, e em diferentes pontos da estrutura social – neste caso específico, da estrutura governamental. O excesso de burocratização do aparelho estatal criou possibilidades para que seus servidores, em alguns casos, se arvorassem em especialistas fechados em si mesmo atrás de suas escrivinhas.

Quem já precisou ir a um serviço público por qualquer motivo, já se deparou com funcionários mal humorados, mal educados e que mesmo vendo um acúmulo enorme de pessoas a serem atendidas, insistem em achá-las invisíveis e simplesmente ignoram a sua presença.

Os servidores públicos no Brasil sejam municipais, estaduais ou federais, gozam de um privilégio concedido a poucos mortais em idade produtiva: a estabilidade no emprego. Essa estabilidade foi criada como forma de isentar o bom profissional das pressões políticas e de chefes mal intencionados que pudessem usar seus cargos de chefia com fins políticos. Mas, na prática, a burocracia mais a estabilidade acabaram criando uma classe profissional dominada pelo anacronismo, pela corrupção, pela ineficiência e que usam da estabilidade para aguardar a aposentadoria.

Diante disto, as pessoas prestam concurso e são admitidas para cargos que nem sempre estão tecnicamente aptas. Além do quê, falta uma avaliação de desempenho crítica. Quando o servidor não se adapta à uma função, num determinado departamento, ou é transferido para outro, ou solicita esta remoção. Talvez por isso, encontramos cotidianamente nos corredores das Secretarias, servidores apáticos, moribundos, descontentes e mesas atulhadas de processos, recados não dados, memorandos sem respostas, ofícios empoeirados e hoje em dia, e-mails não respondidos.

Vejam os casos do Programa Brasil sem Homofobia, ou pelo menos a nossa experiência de mais de dois anos de parceria com seus técnicos: em 2006 realizamos em Campinas o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, e em 2007 efetivamos uma parceria para a realização de algumas ações no âmbito do município, conforme o ordenamento deste programa de governo.

Baseados na experiência campineira, o Governo Federal incentivou, através de financiamento a implantação de mais de 40 Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate a Homofobia e Núcleos de Pesquisa de Promoção da Cidadania LGBT no país. A sua grande maioria foi para ONGS, enquanto deveria se estimular para que o Estado (Governos Estaduais e Municipais) assumissem para si a tarefa de garantir os direitos de uma parte da população que possui seus direitos civis violados cotidianamente.

Bem, no final de 2007 participamos da 2ª Encontro dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate a Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa de Promoção da Cidadania LGBT oferecida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos para todos os técnicos e coordenações dos diversos Centros e Núcleos de Pesquisa do país. No final de 2008, fui convidado, juntamente com o coordenador e a assistente social da Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal de São Paulo a auxiliar na organização do 3º Encontro dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate a Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa de Promoção da Cidadania LGBT. Passamos três dias em Brasília, organizando as mesas, os debates e convidados. Ao retornarmos para nossos estados, deixamos alinhavados diversos contatos e uma lista de atividades (crachás, pastas, programas, confirmações de presenças nas mesas, etc.) para que os técnicos do Programa Brasil sem Homofobia dessem encaminhamentos.

Uma das presenças mais aguardadas era a da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli, da PUC de São Paulo. Pois bem, no café da manhã, no dia de sua preleção, vieram-me contar que a organização do evento, ou seja, os técnicos do Programa Brasil sem Homofobia, a esqueceram no aeroporto na noite anterior, o que a obrigou a se hospedar em um outro hotel por conta própria. Não encontramos ninguém da organização que pudesse nos dar uma explicação plausível para tamanho descaso.

Para uma população sujeita ao abandono institucional, ao medo da agressividade social, das ameaças constantes de morte, à antipatia, à chantagem, à cólera de vizinhos enraivecidos, legislação precária, falta de companheirismo, covardia generalizada, desejo sexual em segredo, olhares de desconfiança, desemprego, discriminação e à precariedade dos serviços e equipamentos públicos, a oferta e a efetividade de serviços públicos acolhedores, com técnicos qualificados seria a concretização do ideário publicado tanto nas brochuras distribuídas pelo país afora quanto no site do Programa Brasil sem Homofobia da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A dificuldade de diálogo com representantes de outras Secretarias Municipais, a demora do comitê técnico de comunicação da SEDH em analisar materiais gráficos, assim como o descaso com uma reconhecida autoridade que falaria num encontro de capacitação de técnicos para lidarem com a violação dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais evidencia, de maneira paradigmática, a trama do Poder Público: displicência na hora de garantir uma referência concreta, visível e estável de cumprimento às promessas de reconhecimento e reparação dos direitos violados, em decretos, editais e diversos textos publicados em Diário Oficial, brochuras e site da internet.

Tensões e desafios

Poder este que intervêm materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (Machado, 1981: 189).

Desta maneira, a explicação definida por Michel Foucault, que vê o poder como uma teia de relações que não apenas reprime, exclui, interdita, domina, mas também incita, produz, perpassa a vida cotidiana e marca corpos, delimita comportamentos, define gestos, constrói saberes, surge como a opção mais adequada para entender como o Centro de Referência GLTTB da Prefeitura Municipal de Campinas luta cotidianamente pela efetivação dos direitos e cidadania plena de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A partir do trabalho anônimo e diário de seus técnicos vemos produzir-se uma compreensão das necessidades básicas por saúde, assistência social e direitos dos sujeitos lgbs.

Portanto, em se tratando de Poder Público, nem tudo está perdido, pois, segundo Foucault, o poder funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. No caso em questão, por toda a estrutura estatal, seja ela Federal, Estadual ou Municipal. O poder institucional situa-se nas relações que estabelecemos diariamente e esse caráter relacional implica, muitas vezes, as próprias lutas contra seu exercício do poder despótico e maniqueísta.

No entanto, segundo o autor (1985), qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

No caso dos lgbs, e mais especificamente do Centro de Referência GLTTB essa resistência se dá através das relações pessoais entre o seu coordenador e as/os demais servidores/técnicos se encontrem em cargos de chefia, ou não, de outros setores estrategicamente importantes para a resolução das demandas trazidas por quem nos procura.

Como exemplo deste aproveitamento da teia de relações pessoais em favor de nossos usuários, encontra-se na rede de saúde uma ginecologista que realiza o acompanhamento em hormonioterapia das travestis que a procuram ou que são encaminhadas por nós, uma vez que “eticamente”, de acordo com conversas mantidas com representantes da Secretaria Municipal de Saúde, não se receita hormônios femininos para “homens”. Desta maneira está colocada para o Poder Público local a questão da travestilidade e a necessidade de uma prescrição e assistência, nas questões de saúde, mais efetiva, baseadas nas especificidades desta população.

Em 2007 o PDT se reelege, e em sua reforma administrativa, o trabalho ganha status de secretaria, ficando as questões sociais e de cidadania com a Secretaria Municipal de Cidadania, assistência e Inclusão Social. Neste momento também me desencadeado em todo o país, o processo de implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social – neste sentido, o CRGLTTB está se readequando como o CREAS – LGBT, ou seja, Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Na prática isso denota que Campinas, por ser o único município do Brasil a ter um serviço dedicado a esta população, está pautando sua vulnerabilidade social, ou seja, incluímos no Cadastro Único da Assistência Social do município os quesitos “orientação sexual” e “identidade de gênero”, isto significa que toda a rede de assistência – os serviços da Secretaria e as ONGS credenciadas – serão sensibilizadas para o entendimento destes quesitos e os mesmos constarão de todos os relatórios e que daqui algum tempo saberemos quantos lgfts utilizam a rede de assistência do município.

Mas isto não está sendo dado, o processo de alocação destes quesitos no Cadastro Único implica um processo exaustivo de convencimento das especificidades desta população e de sua co-relação com o processo de vulnerabilização social. Neste sentido, elaboramos um relatório consubstanciado em nossos prontuários e as diversas demandas de nossos usuários a partir de seus direitos que foram violados. Neste documento consta além dos dados coletados acima mencionados enfocamos as teorizações sobre gênero e orientação sexual e os trinta e sete direitos negados ao lgfts (anexo 01).

Outro ponto importante desta posição que ocupa o CREAS-LGBT na estrutura da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social é a de participar de decisões estratégicas, como revisão da Resolução que será publicada em breve no Diário Oficial do Município para o co-financiamento das ações que serão desenvolvidas pela rede credenciada, ou seja, as ONGs, para o exercício de 2010.

Aquelas ONGs que se dispuserem a realizar ações de Assistência Social no município de Campinas através do financiamento da Prefeitura Municipal, terão que conhecer o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, assim como a Lei Municipal e Estadual Antidiscriminatória, além de adequar sua estrutura profissional com as diretrizes para o atendimento adequado e respeitoso à população lgft.

Na prática isto representa que as ONGs que desejarem trabalhar com violência contra a mulher, terão que congregam em suas práticas as questões de gênero e violência de gênero, incorporando atenção às violências entre casais de lésbicas, de mulheres transexuais e travestis em suas ações. Aquelas que forem trabalhar com exploração sexual contra crianças e adolescentes terão que haver com as diversas identidades de gênero e orientação sexual.

No entanto, não podemos pensar que todas as mazelas sociais vivenciadas cotidianamente por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são problemas exclusivos do CREAS-LGBT. Este serviço tem suas limitações técnicas, burocráticas e políticas. Entender esta dinâmica e o organograma que organiza o Poder Público por parte da militância, pode resultar em parcerias interessantíssimas para a realização de nossas ações.

Essa compreensão do poder através de sua natureza múltipla e que tem na resistência um elemento a ele imanente oferece uma perspectiva diferente para a compreensão das dinâmicas sociais e, sobretudo, como pode se dar a participação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais nesta conjuntura de exclusão social, possibilitando o processo de reversão ou de atenuação destes contextos excludentes.

A correlação de forças entre as relações de poder e os pontos de resistência não se apresenta, na compreensão de Foucault, como um processo dialético de causa e efeito ou como um quadro binariamente estabelecido onde as relações de poder impõem e são modificadas pela ação da resistência. O autor recusa essa possibilidade destacando que, a exemplo das relações de poder, as forças de resistência não se situam num campo específico, a dos dominados. Elas estão distribuídas de maneira irregular, disseminando-se por todo o corpo social, em alguns momentos causando as rebeliões, os levantes definitivos de grupos ou indivíduos, marcando gestos, delimitando comportamentos, disciplinando corpos.

Importa ainda observar que, assim como as relações de poder, as possibilidades de resistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais também não se situam em pontos específicos, nem tampouco são constituídas como produtos, mercadorias que você conquista, arreata, possui. Os pontos, os nós de resistência funcionam a partir de uma multiplicidade de espaços no tecido social, produzindo incitações, êxtases e, sobretudo, novos saberes.

Portanto, trata-se de mudar a agenda do país, de modificar drasticamente os temas e valores compartilhados, de modo que incorporem as diferentes alternativas de vida e sexualidade da população, alterando em profundidade os espaços e processos em que se faz política.

Santos, P. R.(2010) Tensions and challenges: LGBT people and the government?.
Revista de Psicologia da UNESP 9(2), 147-164.

Abstract: *Abandonment, fear, aggression, threat, antipathy, blackmail, jealousy, anger, friendship, commitment, cowardice, secrecy, mistrust, unemployment, discrimination, illness, truancy, beatings, homelessness, phobias, fury, heritage, intimidation, ire, poverty, morality, hatred, repugnance, panic, rage, fear, recognition, rejection, religiosity, disgust, sympathy, dread.*

These are some of the feelings and actions that mark the daily existence of lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals. They are the result of discursive practice device that empowers and legitimate heterosexuality as the only emotional and sexual possibility for human beings. Offering social assistance, legal advice and psychological support for LGBT people, the Center of Social Assistance and Reference for Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender (CREAS - LGBT) of the Citizenship, Welfare and Social Inclusion Bureau of the Municipality of Campinas, interior of São Paulo, has become a paradigmatic service of this new modality of management of the social relations focused on the combat against homophobia and on building a society that can welcome its differences and promote a culture of peace. Thus, based upon the capillarity of power and its micro-relations and, focusing on the everyday experience of more than six years of existence of the CREAS - LGBT, I aim to questioning the (im)possibility of roll backing the patterns of hopelessness and social exclusion in which LGBTs from Campinas are relegated.

Keywords: *Public policies, homosexuality, exclusion*

Anexo 01

Pelo menos 37 direitos são negados a casais homossexuais.

Você pode não pensar neles, mas ao casar ganhamos algumas dezenas de benefícios. Confira a lista dos direitos aos quais casais homossexuais não têm acesso.

- 1- Não podem casar
- 2- Não têm reconhecida a união estável
- 3- Não adotam sobrenome do(a) parceiro(a)
- 4- Não podem somar renda para aprovar financiamentos
- 5- Não somam renda para alugar imóvel
- 6- Não inscrevem parceiros(as) como dependente de servidor ou servidora público(a)
- 7- Não podem incluir parceiros(as) como dependentes no plano de saúde
- 8- Não participam de programas do Estado vinculados à família
- 9- Não inscrevem parceiros(as) como dependentes da previdência
- 10- Não podem acompanhar o(a) parceiro(a) servidor ou servidora público(a) transferido(a)
- 11- Não têm a impenhorabilidade do imóvel em que o casal reside
- 12- Não têm garantia de pensão alimentícia em caso de separação
- 13- Não têm garantia à metade dos bens em caso de separação
- 14- Não podem assumir a guarda do filho do cônjuge
- 15- Não adotam filhos em conjunto
- 16- Não podem adotar o filho do(a) parceiro(a)
- 17- Não têm licença-maternidade para nascimento de filho da parceira
- 18- Não têm licença maternidade/ paternidade se o parceiro(a) adota filho
- 19- Não recebem abono-família
- 20- Não têm licença-luto, para faltar ao trabalho na morte do(a) parceiro(a)

- 21- Não recebem auxílio-funeral
- 22- Não podem ser inventariantes do parceiro(a) falecido(a)
- 23- Não têm direito à herança
- 24- Não têm garantida a permanência no lar quando o(a) parceiro(a) morre
- 25- Não têm usufruto dos bens do parceiro(a)
- 26- Não podem alegar dano moral se o parceiro(a) for vítima de um crime
- 27- Não têm direito à visita íntima na prisão
- 28- Não acompanham a parceira no parto
- 29- Não podem autorizar cirurgia de risco
- 30- Não podem ser curadores do(a) parceiro(a) declarado(a) judicialmente incapaz
- 31- Não podem declarar parceiro(a) como dependente do Imposto de Renda (IR)
- 32- Não fazem declaração conjunta do Imposto de Renda
- 33- Não abatem do Imposto de Renda gastos médicos e educacionais do(a) parceiro(a)
- 34- Não podem deduzir no Imposto de Renda o imposto pago em nome do(a) parceiro(a)
- 35- Não dividem no Imposto de Renda os rendimentos recebidos em comum pelos parceiros(as)
- 36- Não são reconhecidos como entidade familiar, mas sim como sócios
- 37- Não têm suas ações legais julgadas pelas varas de família

Referências

- Campinas, P. M. (2009) **Secretaria de assuntos jurídicos**. Acessado em 14/08/2009, do <http://www.campinas.sp.gov.br/assuntosjuridicos..>
- Deleuze, G. (1992) **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. 6 ed. São Paulo: Ed. 34.
- Ferrari, A. (2004) **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo**. Revista Brasileira de Educação, 25, Rio de Janeiro.
- Foucault, M. (1985) **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. Coleção: Biblioteca de filosofia.
- _____. (1996) **Microfísica do poder**. Roberto Machado. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____. (2004) **Uma introdução a vida não facista**. Prefácio à Anti-Édipo. Coletivo sabotagem. Acessado em 29/08/2009, do <http://www.scrib.com/doc/337824/Foucaul-michel-por-uma-vida-nao-facista..>
- Machado, R. (1981) **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel. Foucault**. Rio de Janeiro: Graal,
- Midiaindependente. (2005) **Pelo menos 37 direitos são negados a casais homossexuais**. Acessado em 30/08/2009, do <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/05/317910.shtml>.
- Moraes, R. C. (2002) **Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade**. Acessado em 29/08/2009, do http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002.
- República, P. (2009) **Secretaria especial de direitos humanos**. Acessado em 15/08/2009, do http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/brasilsem.
- Santos, P. R. (2005) **Ambigüidade e incompreensão nas esquinas**. Campinas: Unicamp, **Revista Escritos: linguagem, cidade, política e sociedade**. nº 9.: 45 – 52. Dez.
- Santos, P. R. (2008) **Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária das travestis moradoras no Jardim Itatinga**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

Recebido: 01 de fevereiro de 2010.

Aprovado: 10 de março de 2010.